

INSTÁVEL *VERSUS* INDETERMINADO: O PERCURSO DO SENTIDO NA ANÁLISE DO DISCURSO E NA SEMÂNTICA COGNITIVA

Dalby Dienstbach Hubert³⁹

RESUMO: Os esforços para se compreender a natureza do significado das palavras ainda fazem parte do escopo de muitas correntes teóricas da linguagem. Tendo isso em vista, este trabalho tem o propósito confrontar duas abordagens distintas – a Semântica Cognitiva (SC) e a Análise do Discurso (AD) – no que diz respeito ao percurso de construção do sentido. A discussão parte da descrição de um ponto de vista estruturalista sobre a linguagem e o significado, para então seguir a uma análise comparativa entre as duas correntes em questão. Apesar de compartilharem a ideia fundamental de que o sentido não está dado aprioristicamente na interação verbal, diferentemente do que acredita o estruturalismo, a AD e a SC entendem o processo de realização do significado de formas bastante divergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Sentido. Análise do Discurso. Semântica Cognitiva.

ABSTRACT: Taking into consideration that many are the theories that try to explain the nature of meaning, this paper aims to contrast two different approaches – Discourse Analysis and Cognitive Semantics – concerning the process of meaning construction. The discussion starts from a description of the structuralist view about language and meaning, and then carries out a comparative analysis of the two approaches at issue. Despite sharing the crucial idea that the meaning is not determined before verbal interaction (as the structuralist view puts it), Discourse Analysis and Cognitive Semantics theories still differ when it comes to explain the process of meaning construction.

KEYWORDS: Meaning. Discourse Analysis. Cognitive Semantics.

1 Introdução

A partir do final do século XIX, as questões referentes ao sentido das palavras passaram ser tratadas de forma mais categórica pela semântica, um ramo da ciência da linguagem ordinariamente definido como o estudo dos significados. É com a publicação de *Essai de sémantique*, em 1897, que Michel Bréal (1832–1915) instaura o sentido como um objeto especificamente linguístico. No entanto, mesmo depois de tantos anos, ainda nos deparamos com um estatuto controverso e incerto dessa ciência chamada *semântica*, cujo objeto parece tão imediato e fundamental nas nossas experiências cotidianas com a linguagem (cf. TAMBA MECZ, 2006). Muitas têm sido as correntes teóricas que tentam, até hoje, dar conta dos pormenores que constituem e cercam o significado, dando continuidade, dessa forma, ao esforço de se detalhar o escopo da semântica.

Compreender as contribuições dessas correntes para o entendimento que se tem de sentido pode ajudar a esclarecer como os homens capturam e representam a realidade que os rodeia e, em última análise, como acontece a comunicação entre eles. Sendo assim, este

³⁹ Aluno do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, RJ.
Endereço eletrônico: dalby@terra.com.br

trabalho tem o propósito de confrontar dois paradigmas teóricos – a Análise do Discurso⁴⁰ e a Semântica Cognitiva⁴¹ – no que diz respeito às suas explicações sobre a natureza do sentido e, principalmente, para a sua construção. Tomamos como ponto de partida uma visão estruturalista da linguagem, que vê o sentido como um conceito unido à sua forma por uma associação arbitrária, calcada no costume social e histórico que molda a língua. Somente a partir daí é que buscamos descrever e comparar o percurso do *sentido* – ou, melhor dizendo, *como uma palavra significa* – naquelas outras duas correntes.

1.1 Uma breve introdução à Análise do Discurso

A Análise do Discurso (doravante, AD) que se discute aqui foi inaugurada na década de 1960, com a obra *Analyse automatique du discours*, de Michel Pêcheux (1938–1983). Ela se propõe a trabalhar basicamente em busca dos processos de produção de sentido (de um texto, por exemplo) e os seus mecanismos de determinação sócio-histórica (cf. ORLANDI, 2005). Constituindo-se em um espaço de articulação entre linguística, psicanálise e história, a AD está apoiada nas asserções de que (i) a linguagem não é transparente, é antes incompleta, porque sempre “há um vínculo constitutivo ligando o dizer com a sua exterioridade” (ibidem, p. 11); (ii) não há indivíduo que não seja interpelado como sujeito (social), uma vez que “a entrada no simbólico é irremediável e permanente, [...] não temos como não interpretar” (ORLANDI, 2000, p. 9); e (iii) a linguagem está ideologicamente comprometida com a história, afinal, “a linguagem é materializada na ideologia, e [...] esta se manifesta na linguagem” (ORLANDI, 2005, p. 10). Para a AD, o discurso é um objeto ideológico produzido social e historicamente através da sua materialidade específica, a língua.

Tão importante quanto o sujeito para os argumentos da AD é a forma como ela o inscreve na ideologia, através daquilo que denomina *formação discursiva*. O conceito de *sujeito* diz respeito à afirmação de que todo homem é afetado, de forma inevitável, pela história e pela língua. De acordo com a psicanálise, o deslocamento da condição de indivíduo para a de sujeito se dá de modo inconsciente, ou seja, o sujeito de discurso “não tem o controle sobre o modo como elas [a língua e a história] o afetam” (ORLANDI, 2000, p. 20). Por conta disso, ele sempre terá a ilusão de que é a origem daquilo que diz, quando, em

⁴⁰ Existem hoje diferentes posturas teóricas referidas como Análise do Discurso. Consideramos aqui a escola teórica francesa, que se define basicamente como “a disciplina que estuda as produções verbais no interior de suas condições sociais de produção” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 202).

⁴¹ Há uma certa controvérsia envolvendo o uso do termo “cognitivo” nesse caso. Assumimos aqui a noção propositalmente ampla de Linguística Cognitiva como “abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana no mundo” (SILVA, 1997, p. 59).

verdade, apenas repete aquilo que já foi dito, ainda que de forma diferente (cf. ORLANDI, 2005). Já, formação discursiva representa a “matriz ideológica que regula aquilo que pode e deve ser dito [pelo sujeito], a partir da posição dada na conjuntura social” (PÊCHEUX, 1995, p. 160), bem como o que não pode e não deve ser dito. É dentro de uma formação discursiva que discurso e língua se articulam, abrindo espaço para a constituição de relações de sentido em função das condições de produção.

1.2 Uma breve introdução à Semântica Cognitiva

A Semântica Cognitiva (doravante, SC) tem sido definida menos como uma teoria específica do que como um grande movimento científico, cuja origem se reporta ao surgimento das ciências cognitivas modernas das décadas de 1960 e 1970, principalmente em trabalhos relacionados à categorização (cf. EVANS; GREEN, 2006). Diz-se, em geral, que ela surge como resposta a uma postura mentalista diante da linguagem, o gerativismo⁴². De fato, um dos seus principais empenhos tem sido oferecer alternativas para diversos modelos que encerram no cérebro do indivíduo toda a competência linguística. A SC passa a assumir, por exemplo, que o conhecimento linguístico não é modular, ou seja, “não constitui um componente autônomo na mente” (MARTELOTTA; PALOMANE, 2008, p. 179), e a sua organização reflete um funcionamento cognitivo mais geral, dependente de muitas faculdades mentais. Além disso, as estruturas da linguagem não são inatas (tampouco universais), senão fruto das experiências do indivíduo no mundo, o que implica dizer, entre outras coisas, que “o processo de aquisição da linguagem envolve uma forte carga de aprendizagem”⁴³ (EVANS; GREEN, 2006, p. 137).

Disso decorre outro princípio fundamental para a SC, o de que corpo e mente não são entidades separadas. Segundo Martellotta e Palomane (2008, p. 181), “a percepção que temos do mundo é limitada por nossas características físicas”, o que, aqui, se resume na premissa de que a mente é corporificada. Na verdade, não parece haver quaisquer dúvidas de que a nossa construção da realidade está mediada em grande medida pela natureza particular do nosso aparato sensório-motor, bem como pela atuação desse aparato no mundo. Outra explicação importante da SC é a de que toda informação que adquirimos através de nossas experiências é armazenada em *domínios* (ou unidades) de conhecimento, que podem ser definidas, por

⁴² O gerativismo é uma escola linguística fundada na década de 1950, por Noam Chomsky (1928–), cujas investigações “se preocupam fundamentalmente com aspectos internos, mentais, individuais, inatos e universais do processamento linguístico” (KOCH; CUNHA LIMA, 2004, p. 254)

⁴³ [The process of learning acquisition involves a huge amount of learning.] (Sempre tradução nossa)

enquanto, como “entidades conceituais que variam quanto ao seu nível de complexidade e organização”⁴⁴ (EVANS; GREEN, 2006, p. 230). As estruturas que constituem a língua funcionariam, nesse caso, como recursos para simbolizar a construção desses domínios.

2 O sentido estável no estruturalismo

Nos termos do estruturalismo saussuriano, introduzido na década de 1910, a língua se traduz grosso modo como um sistema (de signos) social, homogêneo e concreto (SAUSSURE, 2006, *passim*). Já que não se quer discutir aqui a validade dessa descrição, podemos apenas explicar de modo sucinto que a língua é (i) um sistema, porque nela “cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos” (*ibidem*, p. 104); (ii) social, porque é exterior ao indivíduo e “só na massa ela existe de modo completo” (*ibidem*, p. 21); (iii) homogênea, porque “todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos” (*ibidem*, p. 21); e (iv) concreta, porque seus elementos, “embora sendo essencialmente psíquicos, [...] são realidades que têm sua sede no cérebro” (*ibidem*, p. 23). Além disso, um sistema só consegue ser percebido como língua em seu aspecto sincrônico, afinal, “para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade” (*ibidem*, p. 106). (Por um viés diacrônico, por outro lado, não perceberíamos o sistema que faz a língua, senão os acontecimentos que a modificam.)

Apesar de reconhecer que a linguagem humana possui uma faceta dinâmica – quando introduz o conceito de *fala*⁴⁵ –, Saussure (2006) adota um objeto (socialmente) cristalizado para a linguística. Tratar a língua como um conjunto de associações de caráter arbitrário significa dizer que a palavra, ou significante, é *imotivada* em relação ao seu significado, “com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (*ibidem*, p. 83). Isso implica em um caráter bastante inflexível para a relação da palavra com o seu sentido. Por não existir nenhuma conexão interior entre as ideias e as sequências de som de uma língua, “todo meio de expressão numa sociedade repousa em princípio no hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção” (*ibidem*, p. 83). Por conta disso, os indivíduos de uma dada comunidade linguística estariam impedidos de escolher livremente o significante de cada

⁴⁴ [Domains are conceptual entities of varying levels of complexity and organisation.]

⁴⁵ Para Saussure (2006), a fala, ao contrário da língua, seria “um ato individual de vontade e inteligência, [...] pelo qual o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal” (p. 22). Por conta disso, a fala seria heterogênea.

significado. A comunidade está “atada à língua tal qual é” (ibidem, p. 85) e não pode exercer a sua vontade sobre o contrato que prescreve a união das palavras com os seus sentidos.

Com base nessas proposições, compreendemos que a iniciativa de Saussure (2006) acaba por transformar a língua – e o vínculo entre conceitos e formas – em uma estrutura estática aos olhos do indivíduo. De acordo com o próprio autor, “nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal” (ibidem, p. 86). Na verdade, as mudanças que a língua pode testemunhar seriam fruto apenas da passagem do tempo, que é o que assegura a sua continuidade. As associações pertinentes à língua não seriam capazes de se defender dos fatores de alteração que, de tempos em tempos, “levam sempre a um deslocamento da relação entre o significado e o significante”⁴⁶ (ibidem, p. 89). Porém, do ponto de vista sincrônico, cabe ao indivíduo, situado na sua época, apenas aceitar como idioma já constituído a língua que herda. O mesmo se diz, pois, dos significados das palavras.

Uma semântica ancorada na visão estruturalista da língua lança mão do que se conhece como *análise componencial* – cujos fundamentos podem ser encontrados, de modo mais detalhado, em Katz (1972). Aqui, o sentido de uma palavra é resultado da combinação de traços mínimos de significado, através dos quais relações semânticas são expressas⁴⁷. A título de esclarecimento, o autor diz que “traços semânticos representam os constituintes conceituais do sentido da mesma forma como os sintagmas representam os constituintes sintáticos da oração”⁴⁸ (ibidem, p. 37). Para que o significado de um termo seja plenamente satisfeito, devem bastar somente os constituintes necessários e suficientes (em oposição aos acidentais), os quais “estariam em uma dimensão bastante abstrata, formando assim uma espécie de estrutura atômica do significado, a sua essência” (VEREZA, 2007, p. 51). Entende-se essa essência, portanto, como o construto social, homogêneo e concreto do sentido, o qual está arbitrariamente associado a um significante para formar o signo linguístico.

⁴⁶ Na doutrina linguística de Saussure (2006), os termos “significado” e “significante” designam, respectivamente, um conceito (psíquico) e a sua imagem acústica, que é a impressão psíquica da representação sonora desse conceito. A combinação do conceito e da imagem acústica é o signo linguístico.

⁴⁷ Um exemplo de aplicação desse modelo é o de Katz e Fodor (1963, p. 185) sobre um dos sentidos da palavra “solteiro”, o qual seria definido pelos traços [humano], [masculino] e [que nunca casou].

⁴⁸ [Semantic markers represent the conceptual constituents of the senses in the same way in which phrase markers represent the syntactic constituents of sentences.]

3 O sentido instável *versus* indeterminado

É importante observar aqui, antes de qualquer coisa, o fato de que tanto a AD quanto a SC inauguram os seus estudos linguísticos negando, cada uma a seu modo, a ideia de que a linguagem seria um sistema fechado que bastaria a si mesmo, conforme supõe o estruturalismo de Saussure (2006). Por um lado, a AD “não separa categoricamente estrutura e acontecimento, relacionando a linguagem a sua exterioridade, ou seja, o interdiscurso” (ORLANDI, 2005, p. 11). Por outro lado, aos olhos da SC, as unidades e estruturas da linguagem são vistas “como manifestações de capacidades cognitivas gerais, [...] da experiência cultural, social e individual” (SILVA, 1997, p. 59). No final das contas, ambas as escolas discordam que o sistema da língua seja reflexo apenas de sua própria estrutura, dos seus próprios princípios constitutivos e da sua própria dinâmica. Nesse sentido, o uso da linguagem – seja qual for a dimensão e a forma que cada corrente atribua a esse fenômeno – se torna um fator crucial para se determinar a sistematicidade da estrutura linguística.

Com respeito à forma que a língua pode assumir (sua sintaxe, morfologia, fonologia etc.), bem como a sua aquisição e transformação (ao longo do tempo), a SC lança mão de um modelo da linguagem baseada justamente no uso, que é identificado, em geral, como uma abordagem cognitiva da gramática. A *teoria da linguagem baseada no uso* – descrita originalmente em Langacker, 1987 – sustenta que “a gramática mental do falante, ou o seu conhecimento da linguagem, é formada a partir da abstração de unidades simbólicas pertinentes a eventos localizados de uso da linguagem”⁴⁹ (EVANS; GREEN, 2006, p. 478). Para essa teoria, a frequência do uso de construções é um elemento fundamental para a determinação do que vem a constituir a gramática.

A AD também confia ao contexto – ou melhor, às condições de produção – a função de regular a estrutura da linguagem; porém, não traz nenhum modelo teórico para tratar especificamente da forma da língua. De fato, a sua atenção está voltada para as circunstâncias de produção do discurso, e não para o seu produto, que é o texto (cf. ORLANDI, 2005); afinal, o discurso não se manifesta em um único documento, senão em diversos documentos. O verdadeiro responsável pelas regularidades da língua é, então, o processo de significação subjacente ao produto, e o exame dos dados linguísticos como tais somente estaria a serviço da análise mesma do discurso.

⁴⁹ [The mental grammar of the speaker (his or her knowledge of language) is formed by the abstraction of symbolic units from situated instances of language use.]

3.1 O percurso do sentido na AD

Pode se dizer que o aspecto que marca mais profundamente os estudos discursivos da linguagem é o seu vínculo imprescindível com a sociologia. De fato, não há análise do discurso que não leve em conta, antes de qualquer coisa, a dimensão social da interação verbal. A decisão de se considerar preferencialmente o que é externo à língua leva a AD a ter de adotar como fator determinante as *condições de produção* do discurso. Essas condições incluem tanto as circunstâncias imediatas da enunciação, tal como os interlocutores, quanto a conjuntura social e histórica em que a interação verbal acontece, como, por exemplo, a língua que usam e os fatos históricos que marcaram a sua evolução. Orlandi (2000) relativiza a autonomia da linguagem em relação ao contexto dizendo que

os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições de produção em que eles são produzidos. [...] Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz. (p. 30)

Para a AD, da mesma forma que os sentidos da língua estão marcados pela sua existência no tempo e no espaço, os indivíduos são vistos inscritos inevitavelmente, e desde sempre, em algum lugar no social e na história. Uma das dimensões do sentido está condicionada justamente à posição que o indivíduo assume no interior de determinada configuração social, em cada uso da linguagem. Essa posição do sujeito tem implicações profundas no processo de significação do seu dizer, afinal “as palavras, expressões, proposições [...] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas.” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Esses lugares não se definem por quem o indivíduo é, mas pelo seu papel em relação às outras posições que compõem o arranjo social; uma mesma pessoa pode ser pai, diante do filho; patrão, diante de um empregado; ambientalista, à frente de uma manifestação popular etc. Os significados das palavras que os sujeitos usam estão, pois, vinculados a esses seus lugares. Basta pensarmos, por exemplo, que o termo “castigo” pode adquirir sentidos diferentes se for usado por um pai, por um professor ou por um torturador. O mais interessante, a título de complementação, é que um único indivíduo pode assumir todos esses lugares, desde que se encontre em estruturas sociais – cada uma em seu tempo – que o interpelem como tal.

Outro aspecto da AD que tem máxima relevância para o percurso de construção do sentido tem a ver com a regularidade de alguns enunciados que aproximam discursos diferentes e que acabam conferindo a eles uma certa unidade. Essa regularidade – alicerçada

na repetição ou reiteração de proposições – reflete o que os analistas do discurso chamam de *formação discursiva*. Ao regular o que pode e deve (e não pode e não deve) ser dito, como já foi mencionado acima, essa estrutura também restringe a interpretação e significação concretizada pelo indivíduo, pois “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2000, p. 44).

Para ilustrar isso, tomemos como exemplo a palavra “terra”, que possivelmente não significará a mesma coisa para um índio, para um agricultor sem-terra, para um grande proprietário rural e para um morador de uma metrópole urbana. O significado dessa palavra só pode ser concebido na medida em que esses sujeitos pertencem necessariamente a esta ou aquela formação discursiva – o que explica que ela possa ter vários sentidos, já que cada um deles participa de uma formação que abriga um conjunto de discursos distintos. No entanto, apesar de constituir uma unidade, as formações discursivas se caracterizam por possuírem fronteiras bastante difusas, que fazem com que se modifiquem o tempo todo, seja pelas relações de identificação, rompimento ou contradição que travam com os (seus) sujeitos e com outras formações. Esse movimento constante permite que o deslizamento dos sentidos nunca se encerre.

Dois fenômenos que orientam esse deslizamento são a *polissemia* e a *paráfrase*, que, na AD, comportam funções muito particulares. Não se referem unicamente a uma relação entre palavras ou enunciados, senão a uma relação entre discursos (passados, presentes e futuros), os quais podem estar ou não dentro de uma mesma formação discursiva. Através da paráfrase, um enunciado recupera ou retoma algo que já foi dito em outro(s) discurso(s), sempre reformulando-o e abrindo espaço para algo novo. Esse fenômeno pode ainda ser definido como “a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (ORLANDI, 2000, p. 38). Já a polissemia garante que o mesmo objeto simbólico passe por diferentes processos de significação, em função das várias condições de produção. A multiplicidade de sentidos de uma mesma construção é resultado, entre outras coisas, da inscrição eminente dos sujeitos na história e no social, e se justifica pelo fato de que, se os sentidos não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizê-los. Com respeito à tensão entre paráfrase e polissemia no processo de significação, Orlandi (ibidem) explica que

se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre

paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o “já dito” e o “a se dizer” que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam. (p. 36, grifos da autora)

São as relações produzidas na linguagem que, ao resultarem em efeitos múltiplos e variados, condicionam o caráter provisório dos sentidos. A própria definição de discurso da AD – *efeito de sentido entre interlocutores* – impede que se considere o significado um componente intrínseco da linguagem. Podemos descrevê-lo, na verdade, como sendo incompleto, porque “os sentidos não são conteúdos; é no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz” (ORLANDI, 2000, p. 54). E, porque estão em contínua negociação, os sentidos (bem como os sujeitos), ainda que necessariamente filiados a uma rede de constituição, podem ser deslocados nessa rede.

3.2 O percurso do sentido na SC

Talvez o aspecto mais importante da proposta cognitivista seja o seu caráter semantocentrista. Na SC, os fenômenos linguísticos tendem a ser avaliados de acordo com a sua relação com o sentido, o que faz com que o componente semântico esteja, na maioria das vezes, no centro do entendimento da própria linguagem. O que caracteriza os estudos nessa área, no entanto, não é a busca pelo sentido *per se*, mas sim pelos processos de significação da língua. Isso quer dizer que, uma vez que não existem significados prontos, interessam aqui os mecanismos de construção dos sentidos a partir de dados da nossa cognição e do contexto. Na explicação de Martellota e Palomane (2008), temos que “os significados não são elementos únicos e estáveis, mas resultam de processos complexos de integração entre diferentes domínios do conhecimento” (p. 179). Sendo assim, não há aqui razão para pensarmos nas unidades linguísticas como associações arbitrárias entre significados e significantes, frutos da convenção, conforme prega o estruturalismo. O que se tem, em vez disso, é que a relação entre palavras e significados é resultado de “um processo dinâmico pelo qual as formas linguísticas funcionam como dispositivos que estimulam um determinado arranjo de operações conceituais e a recuperação de certos conhecimentos de mundo”⁵⁰ (EVANS; GREEN, 2006, p. 262). A esse processo, dá-se o nome de *conceptualização*.

A ideia, já mencionada aqui, de que o pensamento é corporificado é crucial para o processo de construção do sentido. Segundo essa tese, “a natureza da nossa organização conceptual emerge das nossas experiências com o nosso corpo; logo, parte daquilo que faz a

⁵⁰ [Conceptualisation (is) a dynamic process whereby linguistic units serve as prompts for an array of conceptual operations and the recruitment of background knowledge.]

estrutura conceitual ter sentido são as experiências corpóreas com as quais ela está associada”⁵¹ (EVANS; GREEN, 2006, p. 157). (E isso pode ser atestado pelas construções linguísticas que usamos, como veremos a seguir.) Em outras palavras, um dos motivos pelos quais pensamos (e falamos) da forma como pensamos (e falamos) é porque temos o corpo que temos e vivemos no mundo em que vivemos.

Consideremos, por exemplo, a forma vertical que o corpo humano possui (quando está em pé ou quando caminha), com uma cabeça – dotada de um complexo aparato sensorial, diga-se de passagem – na parte de cima e pés na parte de baixo; e com uma força gravitacional agindo sobre ele, de cima para baixo. Diversos elementos que compõe, desde muito cedo, a nossa estrutura conceitual estão essencialmente associados a essa propriedade – a verticalidade do corpo humano. É o caso tanto das coisas que concebemos como estando “em cima” ou “embaixo” de nós, quanto dos sentidos mais gerais que damos aos termos “cima” e “baixo”. Dizer que algo está *em cima* da mesa ou *embaixo* da cama, por exemplo, também reflete essa interação do nosso corpo com o mundo externo, pois estendemos a outras entidades e objetos do mundo parte da forma como conceptualizamos as nossas experiências. E já que a verticalidade do corpo, bem com a gravidade, constitui uma realidade para todos os seres humanos na Terra, podemos pressupor que a existência de conceitos para “cima” e “baixo” sejam potencialmente universais em todas as línguas do mundo.

Outro aspecto importante para a dinâmica da conceptualização, e que também já foi apresentado aqui, refere-se à maneira como dispomos o conhecimento proveniente das nossas experiências. A organização das informações que chegam até nós através dos sentidos se dá por meio de *domínios conceituais* (LANGACKER, 1987), que podem ser entendidos como “blocos de conhecimento dentro do nosso sistema conceitual que abrigam e ordenam ideias e experiências relacionadas”⁵² (EVANS; GREEN, 2006, p. 14). É da manipulação desses domínios que emergem os sentidos que damos às palavras e às construções linguísticas que usamos, o que sugere que um conceito será compreendido sempre em função dos conhecimentos que possuímos relacionados a ele. Martelotta e Palomane (2008, p. 182) ilustram isso com a palavra “cabeça”, que necessariamente evoca uma estrutura de conceitos pertencente a um domínio cognitivo mais amplo, o de “corpo”.

⁵¹ [Nature of conceptual organisation arises from bodily experience, so part of what makes conceptual structure meaningful is the bodily experience with which it is associated.]

⁵² [A conceptual domain is a body of knowledge within our conceptual system that contains and organises related ideas and experiences.]

Além disso, uma das maiores contribuições dessa ideia foi o princípio de que domínios conceituais abstratos também estão ancorados em experiências no mundo físico. Por convencionalizações do nosso sistema conceptual – inscritas na gramática do português brasileiro, inclusive –, por exemplo, estruturamos o nosso conceito de tempo, que é radicalmente abstrato, em termos de espaço físico, com o qual podemos interagir diretamente através dos nossos sentidos. Frases como “Nossas férias *ficaram para trás*” ou “Teremos tempos difíceis *pela frente*” mostram claramente que recorreremos a uma estrutura conceitual referente ao espaço para darmos sentido à nossa noção de tempo.

Esse tipo de operação conceitual, que envolve o estabelecimento de conexões entre domínios cognitivos para promover a construção de sentido de certos conceitos, é viabilizado por um processo de projeção. De natureza unidirecional, “o processo de projeção consiste em tomar a estrutura de um determinado domínio (chamado domínio-fonte) para falar ou pensar outro domínio (chamado domínio-alvo)” (MARTELLOTA; PALOMANE, 2008, p. 187). Uma forma bastante estudada de projeção são as metáforas conceituais. Apresentada pela primeira vez por Lakoff e Johnson (1980), metáfora conceitual se traduz como o entendimento de um domínio menos básico (mais abstrato) em termos de outro, mais básico (mais diretamente acessível aos sentidos). Tomemos como exemplo a metáfora conceitual A VIDA É UMA VIAGEM. De acordo com essa metáfora, parte das noções relativas às nossas experiências com viagens é mapeada para o domínio conceitual de vida, o que permite a interpretação de frases como “Ele está *sem rumo* na vida”, “Morreu antes de *chegar aonde* queria” ou “*Passei por* muitas dificuldades *ao longo* desses anos todos”. Desta forma, acrescenta-se a observação de que “a metáfora é dominante na nossa vida cotidiana, não somente na linguagem, mas no pensamento e na ação. Nosso sistema conceitual, em termos do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico na sua natureza.” (ibidem, p. 03)⁵³.

Para a SC, também são fundamentais ao processo de construção dos significados os fenômenos referentes à interação verbal. Martellota e Palomane (2008) lembram que “o sentido não constitui uma propriedade intrínseca da linguagem, mas o resultado de uma atividade conjunta – que pressupõe cooperação” (p. 180). Essa concepção considera, principalmente, o papel dos falantes e de outros elementos externos para o fenômeno da significação, que, no final das contas, está longe da noção de língua apenas como meio para codificar conceitos prontos. Durante a comunicação, “a significação é negociada pelos interlocutores em situações contextuais específicas, o que torna possível que os elementos

⁵³ [Metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature.]

linguísticos se adaptem a diferentes intenções comunicativas” (ibidem, p. 181). Nesse sentido, a relação entre as formas da língua e os significados tende a representar um vínculo localizado (e temporário), porém, mais ou menos convencionalizado, por conta do grau de compartilhamento das experiências (corpóreas, sociais, culturais) e conhecimentos entre os interlocutores. Dessa forma, na perspectiva da SC, é possível interpretar o sentido como sendo indeterminado, pois é só no evento comunicativo que ele se determina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que este trabalho pretendeu mostrar foi que a AD a SC não concebem uma significação que exista aprioristicamente ao uso efetivo da linguagem. Com base nas considerações feitas até aqui, pode se inclusive arriscar a afirmação de que, ao contrário do que Saussure pregava (em relação ao signo linguístico), o sentido – ou ainda, a relação do significado com o seu significante – não é totalmente imotivado. Em medidas diferentes, as duas perspectivas assumem princípios não exclusivamente linguísticos para promover (ou motivar) o fenômeno da significação, sejam eles um conjunto de processos cognitivos desencadeado pela interação no nosso corpo com o mundo físico, ou um assujeitamento inconsciente relativo ao lugar que ocupamos em uma dada configuração sócio-histórica. Seja como for, ambas estão de acordo que o sentido é necessariamente situado e é também plástico (cf. KOCH, CUNHA LIMA, 2004).

Embora compartilhem a convicção de que a arbitrariedade do signo é relativa, a SC e AD continuam muito distantes, e as pesquisas desenvolvidas sob suas égides quase nunca dialogam – e não somente no que diz respeito às investigações sobre sentido. Estudos cognitivistas da linguagem têm se encaminhado, nas últimas décadas, para uma visão cada vez menos mentalista da competência linguística, o sociocognitivismo. Pesquisadores dessa corrente já desconsideram a existência de uma fronteira nítida e estanque entre os processos que acontecem dentro da mente do indivíduo e os processos que acontecem fora dela. A cognição, aqui, é tratada como

uma computação que acontece na comunidade, que está em parte nas ferramentas utilizadas, em parte os recursos que o ambiente torna disponíveis para que certas soluções apareçam e, finalmente, em parte na atividade conjunta de variadas mentes e corpos que se coordenam para atingir um determinado fim. (ibidem, p. 279).

Enquanto isso, os diferentes desdobramentos da AD seguem confiando em uma postura radicalmente sociológica para lidar com os fenômenos da linguagem. Apesar de muitos estudos do discurso não estarem mais vinculados a uma AD de cunho prioritariamente

político – que era o caso da escola francesa de análise do discurso –, eles continuam fechados para as questões cognitivas da linguagem. Analistas contemporâneos do discurso, como Dominique Maingueneau, Patrick Charadeau e Simone Bonnafous, ainda recorrem exclusivamente ao enquadramento social das interações verbais – principalmente escritas – para compreender a dinâmica de produção (e interpretação) de sentido do comportamento linguístico (para um balanço crítico de outras escolas francesas de análise do discurso, ver MAINGUENEAU, 1995).

Referências

- BRÉAL, M. **Essai de sémantique**: science de significations. Paris: Hachette, 1897, 349 p.
- EVANS, V.; GREEN, M. **Cognitive linguistics**: an introduction. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006, 830 p.
- KATZ, J. **Semantic theory**. Nova York: Harper & Row, 1972, 464 p.
- KATZ, J.; FODOR, J. The structure of a semantic theory. **Language**, v. 39, n. 2, p. 170-210, 1963.
- KOCH, I. V.; CUNHA LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. (Orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 251-300.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago / Londres: University of Chicago Press, 1980, 276 p.
- LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar**. Vol. 1. Stanford: Stanford University Press, 1987, 516 p.
- MAINGUENEAU, D. (Ed.). “Les analyses du discours en France”. **Langages**, n. 117, 1995.
- MARTELLOTA, M.; PALOMANE, R. Linguística cognitiva. In: MARTELLOTA, M. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 177-193.
- ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000, 100 p.
- ORLANDI, E. **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**. Estudos da Língua(gem), n. 1, p. 09-13, 2005.
- PAVEAU, M.; SARFATI, G. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. Tradução de Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2006, 272 p.
- PÊCHEUX, M. **Analyse automatique du discours**. Paris: Dunod, 1969, 142 p.
- PÊCHEUX, M. **Semântica do discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. 2. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, 288 p.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliktein. 27. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006, 278 p.
- SILVA, A. **A linguística cognitiva**: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 1, n. 2, p. 59-101, 1997.

TAMBA MECZ, I. **A semântica**. Tradução de Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2006, 160 p.

VEREZA, S. **Literalmente falando**: sentido literal e metáfora na metalinguagem. Niterói: Editora da UFF, 2007, 168 p.